

***Elementos de Resistência ao
Desenvolvimento:
O Caso da Comunidade São Bento***



República Federativa do Brasil

Fernando Henrique Cardoso
Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Ministro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Conselho de Administração

Márcio Fortes de Almeida
Presidente

Alberto Duque Portugal
Vice-Presidente

Dietrich Gerhard Quast
José Honório Accarini
Sérgio Fausto
Urbano Campos Ribeiral
Membros

Diretoria-Executiva da Embrapa

Alberto Duque Portugal
Diretor-Presidente

Bonifácio Hideyuki Nakasu
Dante Daniel Giacomelli Scolari
José Roberto Rodrigues Peres
Diretores-Executivos

Embrapa Acre

Ivandir Soares Campos
Chefe -Geral

Milcíades Heitor de Abreu Pardo
Chefe-Adjunto de Administração

João Batista Martiniano Pereira
Chefe-Adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento

Evandro Orfanó Figueiredo
Chefe-Adjunto de Comunicação, Negócios e Apoio

Documentos Nº 63

ISSN 0104-9046

Novembro, 2001

***Elementos de Resistência ao Desenvolvimento:
O Caso da Comunidade São Bento***

**Francisco Gomes de Andrade
Claudenor Pinho de Sá
Paulo Sérgio Braña Muniz
Adaildo dos Santos da Silva**



***Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Acre***

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Acre

Rodovia BR-364, km 14, sentido Rio Branco/Porto Velho

Caixa Postal, 321

Rio Branco-AC, CEP 69908-970

Fone: (68) 212-3200

Fax: (68) 212-3284

<http://www.cpafac.embrapa.br>

sac@cpafac.embrapa.br

Comitê de Publicações

Presidente: *Murilo Fazolin*

Secretária-Executiva: *Suely Moreira de Melo*

Membros: *Claudenor Pinho de Sá, Edson Patto Pacheco, Elias Melo de Miranda*, Flávio Araújo Pimentel*, João Alencar de Sousa, José Tadeu de Souza Marinho, Judson Ferreira Valentim, Lúcia Helena de Oliveira Wadt, Luís Cláudio de Oliveira, Marcílio José Thomazini, Tarcísio Marcos de Souza Gondim.*

* Revisores deste trabalho

Supervisão editorial: *Claudia Carvalho Sena / Suely Moreira de Melo*

Revisão de texto: *Claudia Carvalho Sena / Suely Moreira de Melo*

Normalização bibliográfica: *Orlane da Silva Maia*

Editoração eletrônica: *Fernando Farias Sevá / Suelmo de Oliveira Lima*

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Acre

Elementos de resistência ao desenvolvimento: o caso da comunidade São Bento / Francisco Gomes de Andrade... et al. ? – Rio Branco : Embrapa Acre, 2001. 16 p. – (Embrapa Acre. Documentos ; 63).

1. Desenvolvimento rural. 2. Desenvolvimento comunitário. 3. Desenvolvimento socioeconômico. I. Andrade, Francisco Gomes de. II. Série.

CDD 338.1 (21. ed.)

Sumário

Introdução	5
Material e Método	8
Resultados e Discussão	8
Conclusões	14
Referências Bibliográficas	14
Anexo I	16

Elementos de Resistência ao Desenvolvimento: o Caso da Comunidade São Bento

Francisco Gomes de Andrade¹

Claudenor Pinho de Sá²

Paulo Sérgio Braña Muniz³

Adaildo dos Santos da Silva⁴

Introdução

O presente trabalho buscou levantar junto à comunidade São Bento, os condicionamentos socioculturais que interferem no processo de desenvolvimento rural. Se estes elementos, que permeiam as ações cotidianas desses sujeitos, funcionam como uma barreira para seu objetivo de melhorar de vida por meio de organismos associativistas, identificá-los ajuda a esclarecer a situação existencial de pobreza. Jara (1998) alerta que “entender a capacidade para se automobilizar e mudar relacionamentos passa por entender o papel da cultura no processo de desenvolvimento”. Contudo, é interessante reter o que pensa Ortiz (1980), “as manifestações de cultura popular não se opõem, enquanto totalidade dominada à hegemonia da cultura dominante”. Quer dizer, a cultura popular não se apresenta como um todo homogêneo, guardando características do passado, elaborações próprias do presente e influências da cultura dominante. Como o conhecimento popular não é capaz de unir essas partes, não constrói uma síntese, então, essa fragmentação manifesta-se nas ações diárias, pelo imediatismo e reelaboração, limitando-se às representações sensíveis. Conforme complementa Schafer & Jantsch (1995), esses indivíduos estão presos, no seu conhecimento/pensar, aos dados sensíveis e portanto com dificuldades para perceber a realidade no seu todo.

¹Eng. agrôn., M.Sc., Embrapa Acre, Caixa Postal 321, 69908-970, Rio Branco, AC, fgomes@cpafac.embrapa.br

²Eng. agrôn., M.Sc., Embrapa Acre, claude@cpafac.embrapa.br

³Eng. agrôn., B.Sc., CPT, Travessa Amapá 261, Cerâmica, Caixa Postal 284, Rio Branco, AC.

⁴Eng. agrôn., B.Sc., Bolsita CNPq-Pibic/Embrapa.

A importância da estrutura social associativa, representante de interesses comuns, expressa-se no seu papel de mediadora nas relações com os agentes externos, ora para integrar o cidadão, ora assumindo o encargo de realizar a produção e, por fim, arbitrando as mudanças nas estruturas do pensamento predominante na comunidade.

Dessa forma, relacionar o papel das associações de produtores ao seu perfil cultural pode ser um caminho seguro para esclarecer como eles percebem e se posicionam diante da realidade e, assim, compreender as resistências ao desenvolvimento. No entendimento de Jara (1998), a cultura “determina a maneira como cada um de nós passa a definir uma particular forma de relacionamento com a sociedade e com a natureza, constituindo o fundamento de nossa conduta e identidade social”.

Nas décadas de 1970 e 1980, o desenvolvimento rural integrado era, por excelência, o instrumento de planejamento que liderava as políticas públicas. Weitz (1978), um de seus mentores, definia essa ferramenta como “de aplicação universal” e acrescentava, “só pode ser levado a cabo se fundamentado em crescimento econômico”. Esta visão reducionista do desenvolvimento, no entanto, vem sendo superada pelo conceito que, numa perspectiva holística, assegura a regulação do processo pelos protagonistas locais. Neste caso, argumentam seus defensores, Jara (1998), Abramovay (2000), Zapata et al. (2000) e Sen (2000), que o desenvolvimento fundado nas oportunidades locais exerce preponderante papel democrático, de forma que as intervenções externas passam pelo filtro dos valores da comunidade.

Entretanto, algumas restrições a esta visão regional de desenvolvimento são colocadas como desafios, sendo o primeiro deles a estrutura de dominação presente nos municípios e enraizada na cultura do patrimonialismo. Para Sorj (2000), a desigualdade social, a impunidade das elites e o abandono dos setores pobres da população são produtos dessa cultura. Segundo ele, o patrimonialismo gerou uma relação promíscua entre o espaço público e privado, tornando frágil a identidade da cultura brasileira com suas instituições. Disto resulta que, sem dispositivos que democratizem a informação e permitam a integração dos atores subalternos nos processos decisórios, não ocorrerão mudanças nas posições sociais (Jara, 1998). Portanto, deduz-se que reestruturar e distribuir o poder é uma condição para fazer emergir o desenvolvimento local.

Uma segunda abordagem relaciona a acumulação de capital e o processo de exclusão. Neste sentido, a globalização como estágio avançado da expansão capitalista não é um fenômeno distribuidor de riqueza e/ou de redução das

diferenças entre nações e regiões (Campanhola & Silva, 2000). Isto repercute, sobre aquelas menos eficientes, em menor participação no mercado, redução na produção, renda e emprego.

Avaliando o progresso capitalista, Harvey (1992) interpreta de forma otimista o desenvolvimento local. Ele aponta a dinâmica como mecanismo de superação de suas contradições e diz “ser o capitalismo uma força constantemente revolucionária da história mundial, uma força que reformula de maneira perpétua o mundo, criando configurações novas e, com frequência, sobremodo inesperadas”. Neste caso, a acumulação flexível, caracterizada pela recombinação da jornada de trabalho extensiva e intensiva, seria a nova configuração do capital em substituição ao modelo fordista que esgotou as alternativas para solucionar o problema da superacumulação. Assim, explica o autor, as novas tecnologias de produção e as mudanças organizacionais permitiram a produção em bases familiares, o surgimento de mercados e setores de produção inteiramente novos, mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas e se apoiam na flexibilização dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

A contribuição de Harvey parece bastante consistente e muito próxima da realidade atual. Seguindo a linha de raciocínio desse autor, uma outra consequência é a emergência dos movimentos sociais (movimento ecológico, feminista, homossexual, etc.) como produto da força revolucionária que é o capitalismo. O progresso desse sistema, na sua dinâmica contraditória, gera adversidades locais, onde operam as atividades. Esse processo desperta na sociedade uma reflexão sobre a apropriação de seus espaços. Emergem, daí, movimentos de ordem global que buscam, numa articulação com a comunidade, criar sua consciência social⁵. Articuladas, essas dimensões espaciais pressionam as estruturas locais, induzindo a uma reestruturação, de maneira que a consciência social funciona como base e/ou poder sobre a qual o desenvolvimento local passa a ser construído.

⁵Consciência social é aquela que o homem tem de si mesmo como ser social, assim como de suas necessidades e frustrações. Requer um pensar e um enfrentamento comum dos que vivem em condições semelhantes.” (Souza, 1991).

Material e Método

O trabalho foi desenvolvido na comunidade São Bento, no Projeto de Assentamento Dirigido Boa Esperança, município de Sena Madureira, às margens do Rio Macauã afluente do Iaco, a partir de 1999. O acesso, no período chuvoso, é feito pelo Rio Iaco, numa viagem de barco de três horas, e no verão, entre os meses de junho e outubro, por estrada de rodagem. Entretanto, dos 25 km até a sede do município, apenas 15 apresentam condições de trafegabilidade. A comunidade é representada pela associação São Bento que, no início do estudo, contava com 14 sócios e hoje tem 18.

Os métodos de abordagem foram: aplicação de questionário para as 14 famílias, com questões sobre a organização da produção, as relações na comunidade e com seu entorno e o sondeio, em que técnicos em conversa com os produtores identificaram as atividades realizadas, suas necessidades, potencialidades e aspirações. Os produtores elaboraram, com assessoria dos técnicos, uma árvore de problemas expressando suas condições de vida, o principal problema da comunidade, suas causas e conseqüências. As informações obtidas foram cruzadas e utilizadas para comparar com as práticas observadas durante as visitas, juntando-se a essas informações dados secundários do município. Participaram dessa abordagem a Embrapa Acre, Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Extensão Rural e Garantia da Produção (Seater – GP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Universidade Federal do Acre (Ufac) por meio do Parque Zoológico (PZ).

Todos os dados levantados foram discutidos com pesquisadores da Embrapa Acre, extensionistas do escritório da Seater – GP e com a comunidade. A partir daí realizou-se um planejamento definindo-se objetivos, metas e distribuindo-se tarefas entre os sócios.

Resultados e Discussão

Os moradores da comunidade São Bento são ex-seringueiros que compraram a terra de outros assentados e residem no local há pelo menos 10 anos. Nenhum possui título definitivo da terra. Somente 20% das áreas das propriedades, de 100 ha em média, foram desmatadas. O número de pessoas por família varia entre 4 e 13. Na escola municipal funciona apenas o ensino primário e, embora todas as crianças estejam matriculadas, estão atrasadas ou por reprovação ou por ingressarem na escola com idade acima do normal. Não há posto de saúde, todo atendimento médico é feito na sede do município. O arroz, o milho, o feijão e a mandioca são as principais culturas de seus sistemas de exploração, sendo

esta última transformada em farinha, a principal fonte de renda, gerando uma receita bruta per capita/mês em torno de R\$ 120,00. A bovinocultura ainda é incipiente e os pequenos animais se destinam ao consumo da família. Apenas um hectare é cultivado por ano e o fogo é usado na limpeza do pasto, após a derrubada. A castanha-do-brasil é o principal produto extrativista. A produção excedente, que antes era escoada por barco de terceiros e hoje por embarcação própria conseguida com a CPT, é comercializada pela associação no mercado da sede do município. O único financiamento a que tiveram acesso – cinco produtores não foram contemplados – foi o Proceca, para aquisição de bovinos, e somente um conseguiu pagar o empréstimo. Enquanto a assistência técnica oficial esteve ausente, incorporando-se a esse trabalho apenas em 2000, a Igreja Católica foi e continua sendo a responsável pela organização da comunidade.

A análise dos dados/informações possibilitou identificar o comportamento dos atores que se manifesta pelo: 1) individualismo; 2) dependência de ajuda externa; 3) comportamento passivo; 4) incompreensão do papel da associação; 5) religiosidade; 6) o saber local próprio e independente; 7) reelaboração/adaptação.

Pode-se explicar a manifestação dessas atitudes a partir de suas relações externas que intervêm na configuração/desenvolvimento da comunidade (Anexo I). Para Gramsci (1978) citado por Ortiz (1980), numa sociedade de interesses antagônicos, prevalece o que determina a classe hegemônica, de maneira que os espaços (geográfico, econômico, político, cultural) das classes subalternas são delimitados e penetrados pelas forças dominantes. Com efeito, o estilo de vida, a forma de pensar e a leitura que fazem da realidade são influenciados por essas delimitações. Assim, o entendimento que passam a ter da realidade, fundado no senso comum, ocorre não só de forma limitada aos dados sensíveis mas também de maneira viesada.

Conceitua-se visão-limite como a percepção do espaço imediato sustentada no senso comum perpassado pelas influências dos órgãos de reprodução da ideologia dominante, ou seja, a consciência que se forma, nesse processo, pensa o todo de maneira compartimentalizada, não se aprofunda na explicação dos fenômenos sociais, contentando-se apenas com as aparências. Como a visão-limite orienta as ações desses sujeitos, resulta daí que os sistemas de produção e a forma de organização da comunidade refletem justamente seu conhecimento imediato.

Nesse cenário, os produtores percebem o individualismo como produto das relações estabelecidas na comunidade. Afirmam que cada um dispõe de uma solução para os problemas da localidade e não há convergência de idéias. Isto

leva à formação de uma consciência individual, dificultando a elaboração de uma proposta de desenvolvimento local e a formação da consciência social, fundamento para se constituir uma organização que de fato represente os seus interesses. A incapacidade reproduz-se também como um produto deles e ao perceberem-se assim avaliam como intangível o acesso a determinadas demandas, nomeando os técnicos como seus mediadores. Ora, como a comunidade está dividida quanto à forma de pensar o todo, limitando-se ao sensível, significa que ela se encontra fragmentada. Este traço do senso comum sinaliza uma desconexão entre as partes constitutivas da realidade. Impossibilitados de vincular as partes, os produtores não percebem os interesses que estão presentes nas lutas. Para Schaefer & Jantsch (1995), “o indivíduo fragmentado é levado a agir num mesmo quadro referencial cognitivo, não consegue dar salto para novas práticas”. O pensar desarticulado, feito de pedaços, reforça o individualismo, dificultando a formação de uma consciência social. O vazio gerado pela falta de uma proposta que represente o consenso da comunidade abre espaços para intervenções externas que, na maioria das vezes, não estão ajustadas à sua realidade e na medida que a visão-limite não disponibiliza elementos para perceber os interesses presentes, estes aprofundam a situação existencial.

Também, o comportamento dependente e a passividade, conectados aos atributos anteriores, revelam a incapacidade para melhorar de vida. Sen (2001) define capacidade como um tipo de liberdade que as pessoas desfrutam para efetivação das combinações alternativas factíveis a elas. Segundo ele, as liberdades estão condicionadas às circunstâncias pessoais, sociais e ambientais. Neste sentido, pode-se observar que os produtores da comunidade estudada sofrem privações de algumas liberdades substantivas. A pobreza, neste caso, funciona como privação da capacidade de efetivação das combinações alternativas. Fala-se de pobreza num sentido amplo, de posses materiais, na capacidade para influir nas decisões políticas, de perceber os interesses contrários, de elaborar suas sínteses e/ou visão de mundo, de articular-se com o mercado em condições de barganhar, enfim, na capacidade de expandir suas liberdades. As conseqüências dessas ausências são alianças provisórias que se estabelecem ora com uma corrente política, ora com outra.

Para Sen (2000), o desenvolvimento implica em mais liberdade, pois deve-se avaliar o progresso de uma sociedade pelas liberdades que seus membros desfrutam, uma vez que elas ajudam as pessoas a cuidar de si e influir nas decisões que lhes dizem respeito. As privações das liberdades ajudam a entender a verticalização das intervenções públicas que, em vez de ampliar as liberdades, aprofundam as privações das capacidades de escolher ou buscar melhores

condições de vida. Passa-se, também, a compreender tanto a dependência como a passividade, pelas razões que a comunidade tem em adotar esse tipo de postura. A incapacidade para escolher combinações alternativas leva-a a aceitar as ações externas e, de certa forma, estabelecer alianças mediadas por interesses estranhos à comunidade, desde que essas relações possam amenizar suas necessidades básicas. Isso se manifesta quando afirmam “tudo que vier para nós está bom” ou de outra forma, quando tomam os extensionistas como mediadores no encaminhamento de suas demandas. O financiamento da cultura do café, uma política do governo do Estado para agricultura familiar, é um fato revelador do comportamento da comunidade. Vários produtores foram financiados para implantação dessa cultura. Pode-se observar que não seguiram as orientações de manejo recomendado, embora tenha sido ministrado curso de produção de mudas e orientações técnicas sobre a condução do cafezal. Outro fato é a criação das associações. É interesse dos bancos que os financiamentos sejam registrados em nome da associação, então cria-se a estrutura para ter acesso a tais recursos sem que se tenha uma mínima formação sobre o papel da instituição. Na realidade, os produtores estavam interessados nos recursos do financiamento para atender as suas necessidades.

Mais contundente é a política de implantação de projetos de assentamento do governo federal. Essa política de distribuição de terra, em seu modelo tradicional, embora tenha sido apreendida pelos ex-seringueiros como uma possibilidade de recuperar sua socialização, já que se consideravam escravos no sistema extrativista, mostrou-se ineficiente para melhorar as condições de vida dessas famílias. Estudo do SEBRAE (2000) mostra que no município de Sena Madureira o cultivo anual com lavouras temporárias representa apenas 0,47 ha por pessoa ocupada, gerando uma renda per capita mensal de R\$ 59,53.

A passagem do extrativismo para uma exploração artificial implica em mudanças comportamentais em várias dimensões. Requer uma relação direta e empreendedora com o mercado, contrastando com a atividade extrativa em que o barracão era a única referência. O sistema de produção agropecuário exige conhecimentos elaborados para tornar-se competitivo, confrontando-se, pois, com o que os produtores pensam quando não seguem as orientações técnicas, dizendo que já sabem tudo sobre como produzir. Trata-se de um comportamento fechado, assumindo a identidade local, ou seja, a manifestação de recusa às inovações e de certa forma ao mercado induz o produtor a um reencontro com a própria cultura. Sua rede de sociabilidade em relação aos tempos do seringal ampliou-se, no entanto, está limitada às fronteiras do município. O poder de barganha restringe-se à venda de farinha ao comércio da cidade já que sua qualidade não é competitiva em outras localidades, entretanto, se deixarem de

produzir, nada de extraordinário acontecerá com os preços pagos pelo consumidor. Com efeito, é uma relação com o mercado não-essencial. Trabalho de Castilhos (1998) citado por Abramovay (2000) mostra que os assentamentos do Incra bem sucedidos “caracterizam-se sistematicamente pela ampliação do círculo de relações sociais dos assentados no plano político, econômico e social”.

O saber local revela a intimidade da comunidade com o ecossistema, traduzido no conhecimento que se tem das características e particularidades dos recursos naturais: fauna, plantas medicinais, frutos, extração de óleos. Rêgo (2000) argumenta que na simbiose com a natureza, o seringueiro elabora um conhecimento próprio que suplanta a dimensão econômica. O saber local expressa, portanto, certo domínio sobre a floresta, considerando que esse conhecimento reveste-se de capacidade para efetivação de determinadas combinações alternativas. Assim, fica difícil julgar o status de liberdade auferido e auto-reconhecido pelo saber local frente à alternativa da atividade agropecuária implementada pelo Estado nos modelos tradicionais de assentamentos. Diante das inovações tecnológicas, reelaboram-nas e/ou adaptam-nas. É um agir fragmentado. O modo de vida do seringueiro, no entendimento ainda deste autor, “tem sua matriz na dependência e simbiose com a natureza, no conhecimento empírico e simbólico dos ciclos e recursos naturais”. Parece complexo que essas atitudes comportamentais deixem permutar suas capacidades originais por novas, isto na medida que as políticas públicas não têm o alcance dos argumentos teóricos defendidos por Sen. Para Abramovay (2000), “o desenvolvimento territorial apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para valorização dos atributos de uma certa região”. Embora tenham domínio sobre os recursos naturais, pouco se beneficiam dessas oportunidades econômicas, uma vez que não dispõem de força política para influir na definição das políticas públicas.

O entorno da comunidade, referindo-se aqui apenas à sede do município com quem mantém relações econômicas, políticas e sociais, é um espaço que na leitura deles se diferencia pelo saber, pelos bens materiais e pelo capital social. Sena Madureira, com uma população urbana de 23.330 pessoas, das quais 52,76% residem na cidade, fica a 144 km da capital, com quem mantém relações comerciais e políticas, inclusive com um representante no Legislativo.

As atividades econômicas do município, conforme estudo do SEBRAE (2000), evidenciam uma economia pouco dinâmica, com um mercado sem muitas alternativas para expansão, massa salarial formada por 98,41% dos que ganham entre um e três salários mínimos. Em 1995, o desempenho econômico do município resultou numa receita própria de apenas 7,18% que somados às

transferências da União e do Estado possibilitaram um investimento de R\$ 97,63. Nas relações com outros mercados, 57,26% dos insumos/mercadorias são comprados em outros estados, 25% de outros municípios do Estado, enquanto internamente, a zona rural contribui com apenas 4,84% e a zona urbana com 11,29%. Suas exportações para outros estados são de 3,61% e para os municípios do Estado 10,24%, sendo vendidos dentro do município 59% para a própria cidade e 26,51% para o meio rural. O setor primário é responsável por 75,9% das ocupações, a indústria por 3,1% e os serviços por 20,9%. Em 1995, 374 pessoas estavam ocupadas com extrativismo, sendo os principais produtos geradores de renda: a borracha, responsável por 33,5%; a lenha, por 37,3%; a madeira em tora, por 17,3% e a castanha-do-brasil, 10,7%.

A indústria, em 1991, empregava 8,2% da população economicamente ativa contra 3,4% em 1999, representada por 66 empresas, sendo 60,6% do ramo madeireiro com 60,8% das vagas de trabalho. Da população empregada no setor, 38,46% estavam na informalidade.

O setor de serviços emprega 16,2% da população ocupada e o comércio mantém 51,8% dos seus assalariados na informalidade, enquanto responde por 83,5% da economia do município.

Tomando-se o conceito de capital social, Coleman (1990) citado por Abramovay (2000), no sentido de que ele torna possível a efetivação das combinações alternativas, pode-se observar que a estrutura social na qual a comunidade se inscreve apresenta sérias restrições ao progresso da comunidade.

A série de privações ou elementos de resistência ao desenvolvimento, acima expostos, levam a comunidade à estagnação, com reflexos nas capacidades de efetivações dos indivíduos. A concepção de desenvolvimento argumentada por Sen considera que, além dos papéis constitutivo (fim) e instrumental (meio), os diversos tipos de liberdades instrumentais (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora) devem operar de maneira complementar umas as outras para garantir a expansão das liberdades individuais. Neste sentido, o reducionismo econômico que tem caracterizado a concepção de desenvolvimento rural, ao negligenciar algumas das dimensões das liberdades substantivas, compromete o avanço de outras liberdades e assim seus objetivos.

Conclusões

As políticas públicas não têm considerado o saber e os recursos locais como oportunidades para o desenvolvimento. Elas são constituídas por valores que negam o potencial das comunidades. Com isto, cria-se uma confrontação entre o conhecimento dos produtores e os instrumentos intervencionistas, de maneira que os objetivos previstos não se traduzem em benefícios para a maioria das famílias. Essa polarização também gera dificuldades de participação, desestimulando os produtores a tomarem essas políticas como mecanismo que promova seu bem-estar.

O desenvolvimento comunitário, no contexto da flexibilização do capital e emergência dos movimentos sociais, apresenta-se como estratégico para inclusão social da agricultura familiar, sustentado no saber e recursos locais.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Trabalho apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, Porto Alegre, RS, 2000. Digitado.

ZAPATA, T.; OSÓRIO, C. H.; ARNS, P. C.; PARENTE, S.; JORDAN, A. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: BNDES/PNUD, 2000. 88 p.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Brasília: IICA; Recife: SEPLAN, 1998. 316 p.

ORTIZ, R. **A consciência fragmentada**: ensaios de cultura popular e religião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 192 p.

RÊGO, J. F. do. **Amazônia**: do extrativismo ao neextrativismo. Disponível em: <http://www.cpp.inf.br>. Acesso em: 18 out. 2000.

SCHAFFER, S.; JANTSCH, A. P. **O conhecimento popular**. Petrópolis: Vozes, 1995. 182 p.

SEBRAE. **Levantamento das potencialidades econômicas e vantagens competitivas**. Rio Branco, 2000. 336 p.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000. 409 p.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301 p.

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 166 p.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1991. 231 p.

WEITZ, R. **Uma nova estratégia de desenvolvimento rural**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1978. 319 p.

Anexo I. Representação dos atores e fatores que interferem no processo de desenvolvimento local.

